



o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 188 / JULHO-AGOSTO 2018 / WWW.STML.PT



DESTAQUES DESTE NÚMERO

- 4 **Remoção de Resíduos Sólidos: de ruptura em ruptura, até à ruptura final?**
- 6 **Combate à precariedade nas Juntas de Freguesia**
- 7 **Fogos florestais: Apesar do verão tardio, a desorganização mantém-se evidente**
- 9 **3ª reestruturação de serviços, aprofunda esvaziamento da autarquia**
- 10 **Proposta Reivindicativa Comum 2019**
- 14 **A redução do poder de compra dos trabalhadores da AP e a política do Governo PS...**
- 16 **Trabalhadores exigem um Orçamento do Estado mais justo para 2019**
- 18 **O desastre da política cultural do governo PS na Câmara de Lisboa (parte 1)**
- 20 **A luta de um povo que não se verga! Palestina vencerá!**



o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 188 — JULHO-AGOSTO 2018

WWW.STML.PT

Director Vítor Reis **Corpo Redactorial** Luís Dias, Paula Correia, Paula Lourenço, Ema Cruz, Tiago Lopes e José Malhadas

Propriedade
Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML)

Administração e Redacção
Rua de São Lázaro, 66 – 1.º, 1150-333 LISBOA

Telefones 218 885 430/35

Periodicidade Bimestral
Distribuição Gratuita aos Sócios do Sindicato
Tiragem 4.000 exemplares
Número de Identificação Fiscal 500 850 194
Depósito Legal 17.274/87

PROTOCOLOS STML

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Escola Superior de Educação João de Deus
Grupo Lusófona
Instituto Superior de Educação e Ciências
Instituto Superior de Tecnologias Avançadas
Universidade Lusíada

BANCA E SEGUROS

Ponto Seguro, mediação de seguros
Millenium BCP
DS Seguros Seixal Santa Marta

TURISMO

Campiférias
Fpalmela – Aldeamento Turístico de Palmela
Viagens Falcon

OUTROS

ANDST – Associação Nacional de Deficientes e Sinistrados do Trabalho
Cartão BP Plus
Escola de Condução ENAL
Lancaster College – Escola de Línguas
Mind Project

EDITORIAL

Entramos no período habitual de férias, para quem as pode gozar obviamente, mas o descanso da imensa maioria dos trabalhadores do município de Lisboa não será tranquilo face a muitos problemas que nesta altura já deviam estar resolvidos e persistem pela ausência de vontade política de quem detém actualmente o poder de decisão.

No plano mais geral, construída a *Proposta Reivindicativa Comum (PRC)* para 2019 pelos sindicatos com os trabalhadores das várias administrações públicas, formalizou-se a sua entrega ao Governo no passado dia 27 de Junho. Caberá agora, nos próximos meses, desenvolver todos os esforços necessários para que se atinjam os objectivos impressos na PRC, nomeadamente em termos de salários, carreiras, progressões, avaliação, adse, aposentação, subsídios e complementos vários, dias de férias, acidentes de trabalho e profissões de desgaste rápido, medicina do trabalho e formação profissional, entre muitas outras reivindicações, sintetizadas mais à frente nesta edição.

No município de Lisboa, e na Câmara Municipal em particular, agravam-se os problemas com a falta de pessoal em praticamente todos os sectores profissionais. É obra! No caso da Limpeza Urbana e apesar dos compromissos assumidos pelo Executivo com o STML, tarda a abertura dos concursos para admissão de cantoneiros e condutores. Aliás, dos vinte concursos que a CML ficou de iniciar (dezanove em 2017 e um em 2018), à data em que escrevemos este *editorial*, o cenário era de uma estagnação total. Por outro lado, as expectativas dos trabalhadores continuam a não ter resposta, como nos casos dos pedidos de mobilidades, avaliação e reclamações à mesma, concursos de promoção nas carreiras da informática e da fiscalização... No campo do processo de regularização extraordinária dos vínculos precários (PREVPAP), a CAB constituída nesse sentido desenvolve, a ritmo lento é certo, os cerca de duzentos casos identificados.

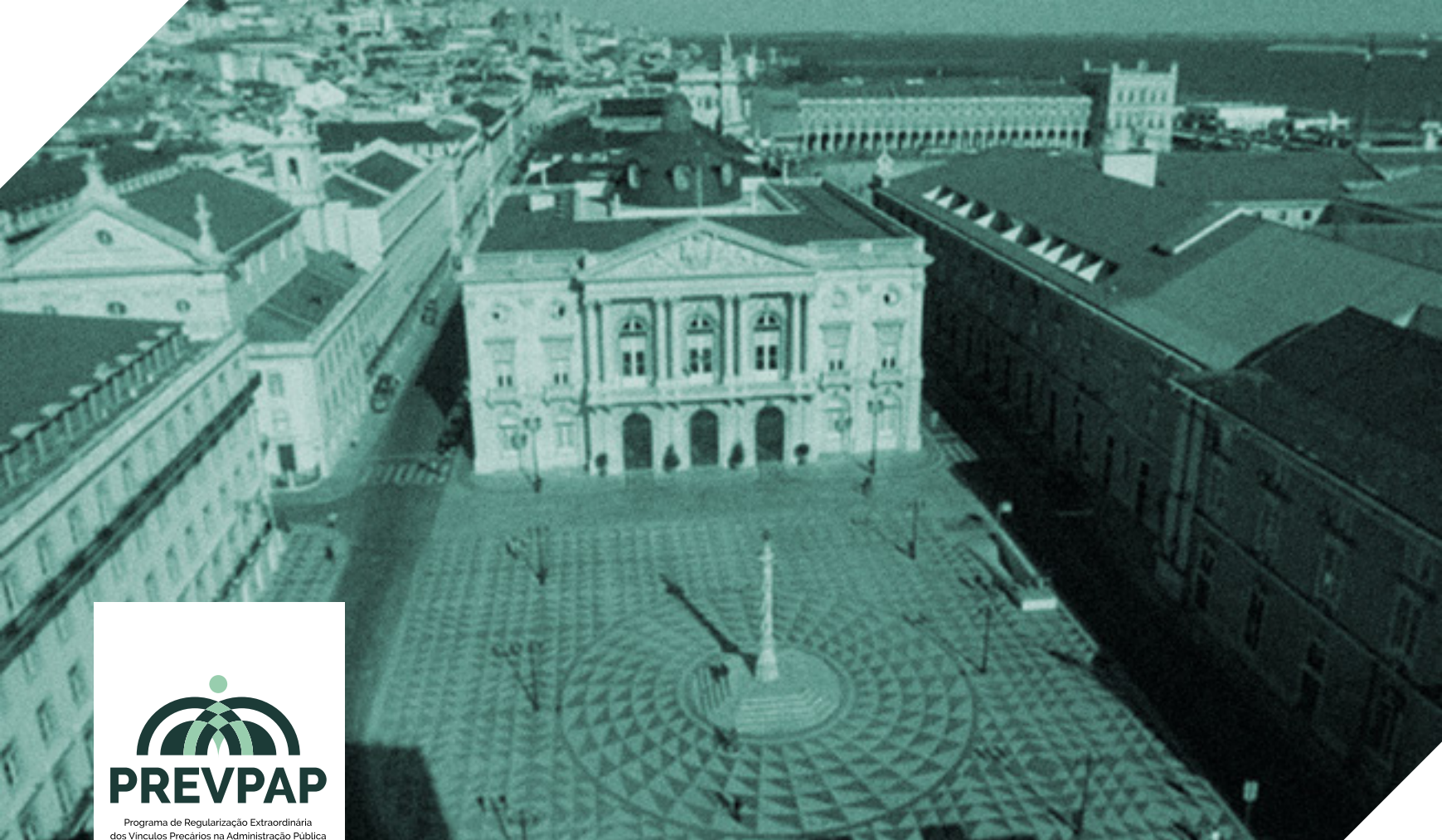
Ironicamente, a ritmo aceleradíssimo, aprofunda-se na CML a linha política do esvaziamento de competências, retirando à autarquia importantes instrumentos de intervenção junto da cidade e da sua população. Referimo-nos ao terceiro processo de reestruturação de serviços na 'era PS' que, no essencial, visa alijerçar, disfarçadamente, uma empresa municipal de obras disseminada pela SRU, EGEAC, EMEL e GEBALIS. O negócio privado espregueira com força e é preciso dar-lhe apoio político, financeiro e institucional, à margem, claro está, de qualquer escrutínio público. Quem julga que a filosofia neoliberal não marca as opções do executivo liderado por Fernando Medina, agora coadjuvado pelo Sr. Robles do BE, estará eventualmente enganado.

Na realidade das Juntas de Freguesia, o combate à precariedade é uma prioridade para o STML que, em conjunto com o STAL, retomou a linha de denúncia pública em várias zonas da cidade. Inaceitável o facto do número de trabalhadores com vínculo precário continuar a aumentar, mesmo com a actual legislação que supostamente os deveria integrar nos respectivos mapas de pessoal.

Numa toada mais positiva, avança a renegociação dos ACEP's objectivando garantir mais e melhores direitos para os trabalhadores, tanto da Câmara como das Juntas.

Nas empresas municipais – EGEAC e GEBALIS – os trabalhadores não adormecem. Através de abaixo-assinados e outras acções reivindicativas, exigem respeito e o cumprimento dos respectivos Acordos de Empresa. No primeiro caso, não abdicam da negociação e aumento salarial anual, no segundo, pela correcta transposição para a nova tabela remuneratória. No horizonte, todas as formas de luta serão válidas nesses propósitos.

No plano mais geral valorizamos as acções de luta promovidas pela CGTP-IN de 9 de Junho e 6 de Julho, sabendo à partida que só abrandaremos quando o Governo minoritário do PS responder cabalmente às mais do que justas aspirações dos trabalhadores portugueses, quer no plano da reposição de direitos, mas também na conquista de novos. A união, a confiança e a determinação são marcas das quais não podemos virar costas.



PREVPAP na CML

A regularização das situações de precariedade envolvendo trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa continua com a produção regular das reuniões da *Comissão de Avaliação Bipartida (CAB)*, espaço onde são analisados todos os casos registados pelos próprios interessados, quer no primeiro período, em 2017, quer no último de 28 de Maio a 11 de Junho do corrente ano.

A CAB, composta maioritariamente por elementos da autarquia, conta igualmente com a presença de elementos dos vários sindicatos que supostamente intervêm na Câmara Municipal, numa disposição de seis (6) elementos da CML e cinco (5) dos sindicatos três (3) dos quais são afetos à UGT.

Podemos afirmar que até ao momento não houve nenhum caso que fosse alvo de conflito, pelo contrário, todos até agora analisados foram consensualmente tratados e resolvidos.

Durante os meses de Julho e Setembro, espera-se continuar e depois concluir este processo, permitindo na sua fase final a construção de uma proposta dirigida ao executivo municipal, perspectivando e materializando a abertura de um concurso limitado de ingresso visando os trabalhadores que serão considerados alvo de regularização. Trabalhadores que até hoje ocuparam um posto de trabalho permanente, mas têm porém um vínculo de trabalho precário.

O STML sublinha o bom-ambiente que até este momento prevaleceu na CAB, valorizando a disposição séria e honesta sobre a resolução do problema da precariedade na maior autarquia do país. Contudo, o balanço definitivo só será devidamente apurado quando nos aproximarmos do término deste processo. Até lá, continuar-se-á a acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos que neste momento envolvem a vida de cerca de duzentas e quinze pessoas.

A caminho da renegociação do ACEP com a CML...

Os Acordos Colectivos de Empregador Público (ACEP) são um instrumento de regulamentação colectiva para os trabalhadores e organismos da Administração Pública (AP), Central, Regional e Local. Em comparação com os Acordos de Empresa (AE), celebrados em empresas privadas ou até no sector empresarial do Estado, as matérias passíveis de negociação em ACEP, pelos sindicatos e organismos da AP, estão limitadas. Os conteúdos negociáveis abrangem a organização do tempo de trabalho, como horários e férias; formação profissional e saúde e segurança no trabalho, excluindo qualquer matéria remuneratória.

Foi com a intenção de garantir mais direitos para os trabalhadores da CML, incluindo aqueles que seriam transferidos para as Juntas de Freguesia, que o STML assinou o ACEP com a autarquia lisboeta em Fevereiro de 2014. Entre outros direitos que vão além da Lei de Trabalho em Funções Públicas (LTFP), foi possível fixar o início do trabalho nocturno a partir das 20h00, as condições em que é prestado o trabalho em horário nocturno e suplementar, ou a recompensa de desempenho.

Apesar do acordo estar em vigor, uma vez que se renova automaticamente, consideramos que será tempo de reabrirmos a discussão com a CML, com o objectivo de introduzir neste instrumento regulador mais direitos para os trabalhadores nas matérias em que isso é possível. Nesse sentido, enviámos ao Presidente da CML no final do mês de Junho, uma proposta de alteração de algumas cláusulas e o aditamento de outras. Aguardando neste momento o início das negociações.

Tendo como objectivo a recuperação de direitos roubados pelo governo PSD/CDS e que o actual tarda em repôr, a nossa proposta de renegociação do ACEP inclui mais dias de férias para os trabalhadores, também balizar de forma mais clara o seu gozo, bem como a prestação do trabalho suplementar, entre outras matérias. Cientes que estamos no caminho certo, não deixaremos de defender, repôr e conquistar mais direitos para os trabalhadores do Município.



Remoção de Resíduos Sólidos: de ruptura em ruptura, até à ruptura final?

A transferência de competências da CML para as Juntas de Freguesia em Março de 2014, na sequência da reorganização administrativa da cidade, provocou o dismantelamento do serviço de Higiene Urbana Municipal. Convém lembrar que neste processo, mais de 600 trabalhadores saíram para as Juntas, deixando a CML de ter capacidade para desenvolver as competências que manteve, nomeadamente a recolha de resíduos sólidos. Paralelamente, também as Juntas não conseguiram desenvolver as actividades que lhes foram atribuídas com eficiência, mostrando-se exíguo o número de trabalhadores transferidos, situação que alimentou a contratação de trabalhadores com vínculos precários para o desempenho de tarefas permanentes.

Quem faz o quê?

O resultado desta política de externalização de serviços da CML tem sido a degradação evidente da qualidade da limpeza da cidade. A recolha de resíduos, efectuada pela CML, é deficitária. Registam-se impasses quanto ao desenvolvimento de várias competências entre a câmara e as freguesias, como por exemplo a recolha de monstros urbanos, lavagem de espaços estruturantes ou a limpeza de grandes eventos, resultando em claros prejuízos para a população.

Carência de trabalhadores!

Por outro lado o crescimento do turismo contribuiu para o incremento da produção de resíduos, assim como no aumento da frequência de grandes eventos exigindo conseqüentemente um trabalho redobrado aos serviços do município. Em contrapartida, o número de trabalhadores afectos à higiene urbana da câmara não tem acompanhado as exigências colocadas. Graças à luta dos trabalhadores, foi possível a entrada de Cantoneiros de Limpeza e de Condutores de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais (CMPVE), reforço que entretanto se tem manifestado insuficiente para repôr as saídas, por aposentação, acidentes ou mesmo a referida transferência para as juntas. Torna-se neste sentido urgente a abertura dos concursos de ingresso para Cantoneiros de Limpeza e CMPVE.

A formação é indispensável!

Outro dos problemas que tem afectado o desempenho neste sector tem sido o atraso na formação profissional prestada pela CML, tanto aos novos trabalhadores, como aos restantes, nomeadamente no manuseamento de equipamentos como os contentores subterrâneos ou a operacionalização das novas viaturas. A formação profissional adequada contribui para uma maior eficácia no desempenho das tarefas diárias, contribuindo igualmente para a redução do número de acidentes de trabalho.

Envolvimento do sindicato na elaboração dos circuitos.

A redefinição de vários circuitos de recolha de resíduos é essencial para uma mais justa e eficaz execução desta actividade. O STML tem trabalho feito nesta área, tendo já manifestado a sua disponibilidade para em conjunto com a DLU, contribuir para a melhoria dos circuitos.

Investimento e renovação da frota de pesados!

Durante anos não houve investimento na frota de viaturas pesadas afectas à Higiene Urbana da CML, atingindo recentemente o ponto de ruptura, face a avarias constantes. Problema que coloca em causa a saúde e segurança dos cantoneiros e CMPVE. Este executivo assumiu acertadamente a decisão pela renovação da frota, porém o ritmo a que esta decorre continua a causar constrangimentos diários. Continuam a circular viaturas que já deviam ter sido abatidas. Em relação às novas viaturas a adquirir, é imprescindível ter em conta as particularidades da cidade de Lisboa.

Mudança de instalações?

Estão previstas alterações de instalações com a passagem dos Cantoneiros de Limpeza para o Complexo dos Olivais 2. Para além de se saber quais os outros Postos de Limpeza que vão ficar em funcionamento, será preciso clarificar por parte da CML quais os critérios que ditarão a selecção do pessoal. Até se concretizarem as mudanças, é necessário continuar a investir na manutenção dos Postos de Limpeza actuais.



A realidade nas Juntas de Freguesia de Lisboa

Têm prosseguido as reuniões com os executivos das Juntas de Freguesia, abordando os diversos assuntos que preocupam os trabalhadores.

Assim sucedeu com a **JF de Santa Maria Maior** em que foram debatidos vários temas como a regularização dos trabalhadores com vínculo precário (PREVPAP), cujos procedimentos concursais foram já iniciados por esta Junta. Quanto ao descongelamento das progressões na carreira, pagaram os retroactivos com o vencimento do mês de Junho. Subsistem algumas dúvidas que continuaremos a esclarecer.

O STML fundamentou ainda o correcto pagamento do suplemento nocturno, além da sua aplicação em contexto de extraordinário efectuado também nesse período.

Continuamos a aguardar resposta ao parecer sobre o pagamento dos suplementos em período de férias, que o STML enviou e que está a ser analisado pelo gabinete jurídico da Junta. Persiste a falta de resposta aos problemas registados nos Postos de Limpeza, principalmente no da Rua dos Sapateiros, onde já ocorreu uma visita da ACT corroborando os motivos da denúncia do Sindicato.

Reunimos igualmente com a Presidente da **JF da Misericórdia**. Debatidos vários assuntos como o PREVPAP, tendo sido informado que seriam lançados os concursos de regularização para 47 trabalhadores com vínculos de trabalho inadequados, o que entretanto já sucedeu. O descongelamento de progressões na carreira foi efectuado, estando em curso a avaliação do biénio 2017/18. Quanto ao pagamento dos suplementos em período de férias, o Sindicato enviou parecer sobre esta matéria.

O STML lembrou ainda que a Lei do OE/2018 permite a abertura de concursos de promoção para as carreiras não revistas, como as de informática e fiscalização. Manifestou-se também a intenção por encetar a renegociação do ACEP, com a inclusão de novas matérias como o acréscimo de dias de férias, à qual a Junta mostrou receptividade.

A Junta da Misericórdia debate-se, como outras freguesias, com a exiguidade do único Posto de Limpeza existente, aguardando uma solução por parte da CML.

Também reunimos com a Presidente da **JF de Benfica**. No âmbito do PREVPAP, fomos informados que existem cerca de uma centena de trabalhadores em condições de serem regularizados, dos quais 33 pertencem à Componente de Apoio à Família (CAF), problema que deverá ter o envolvimento da CML. Este é um problema transversal a todas as Freguesias, que urge resolver urgentemente com a CML e com o Governo. Contudo, o STML afirmou que devem ser abertos todos os concursos possíveis, indo ao encontro das expectativas dos trabalhadores.

O descongelamento das progressões na carreira foi concluído em Março. Quanto ao início das obras necessárias no Posto de Limpeza do Parque Silva Porto, a Presidente informou que aguarda a validação do orçamento por parte da CML.

O STML reuniu identicamente com a **JF do Parque das Nações** tendo, entre outras matérias, abordado o PREVPAP, sendo até agora a única Junta a constituir uma Comissão de Avaliação Bipartida (CAB), com reuniões inclusivamente já agendadas.

Até ao momento, 15 das 24 freguesias já publicaram no Boletim do Emprego, os concursos de regularização do PREVPAP, tendo a maioria das restantes transmitido ao STML que estão a trabalhar neste processo.

Por último, o STML iniciou o processo de renegociação do Acordo Colectivo de Empregador Público (ACEP) com as Juntas de Freguesia, uma vez que o prazo de vigência assim o permite. É nossa intenção garantir a reposição e a conquista de mais direitos para os trabalhadores, nomeadamente mais dias de férias. Neste sentido, prevê-se a celebração de um novo ACEP com a **JF da Penha de França** no final de Julho.

Há trabalho precário
nesta Junta de Freguesia.

Porquê?!

**O trabalho precário é um cancro
para a sociedade:**

- **Destrói famílias e o futuro de todos;**
- **Degrada Serviços Públicos aos quais temos direito e dos quais dependemos.**

**Quem usa e abusa do trabalho precário
não presta um Serviço Público:
serve-se do público.**

CHEGA DE ABUSO!

**Exigimos o fim da precariedade
praticada nesta Junta de Freguesia.**



**TRABALHO
PRECÁRIO?
NÃO OBRIGADO!**



Combate à precariedade nas Juntas de Freguesia

Em fins de Dezembro de 2017 foi aprovada legislação que, em teoria, procurava resolver de uma vez por todas a chaga da precariedade na administração pública e sector empresarial local. Dizemos em teoria, porque na prática estamos muito longe da 'boa vontade política' que os fazedores desta legislação apregoaram. Veja-se o caso da cidade de Lisboa, e das suas freguesias em particular, onde o número de trabalhadores com vínculo precário mantém-se em níveis inaceitáveis.

Não cabe apenas ao actual Governo a responsabilidade de uma lei pouco eficaz, também aos responsáveis locais, recai o ónus de uma realidade que nos tem mostrado que a contratação de falsos recibos-verdes continua como prática recorrente nas juntas de freguesia, apesar da sua proibição no caso de necessidades permanentes dos serviços.

Muito são os presidentes de junta que em Lisboa optam por não solucionar o problema da precariedade. Apesar de alguns terem inclusive aberto concurso limitado à regularização dos vínculos precários, ao abrigo do PREVPAP, muitos são os trabalhadores que por diversos motivos ficam de fora desses procedimentos, outros excluídos por engenharias desonestas de quem constrói os respectivos concursos, outros simplesmente mandados embora, isto é, despedidos. E no horizonte imediato, novos trabalhadores são contratados...a recibos-verdes.

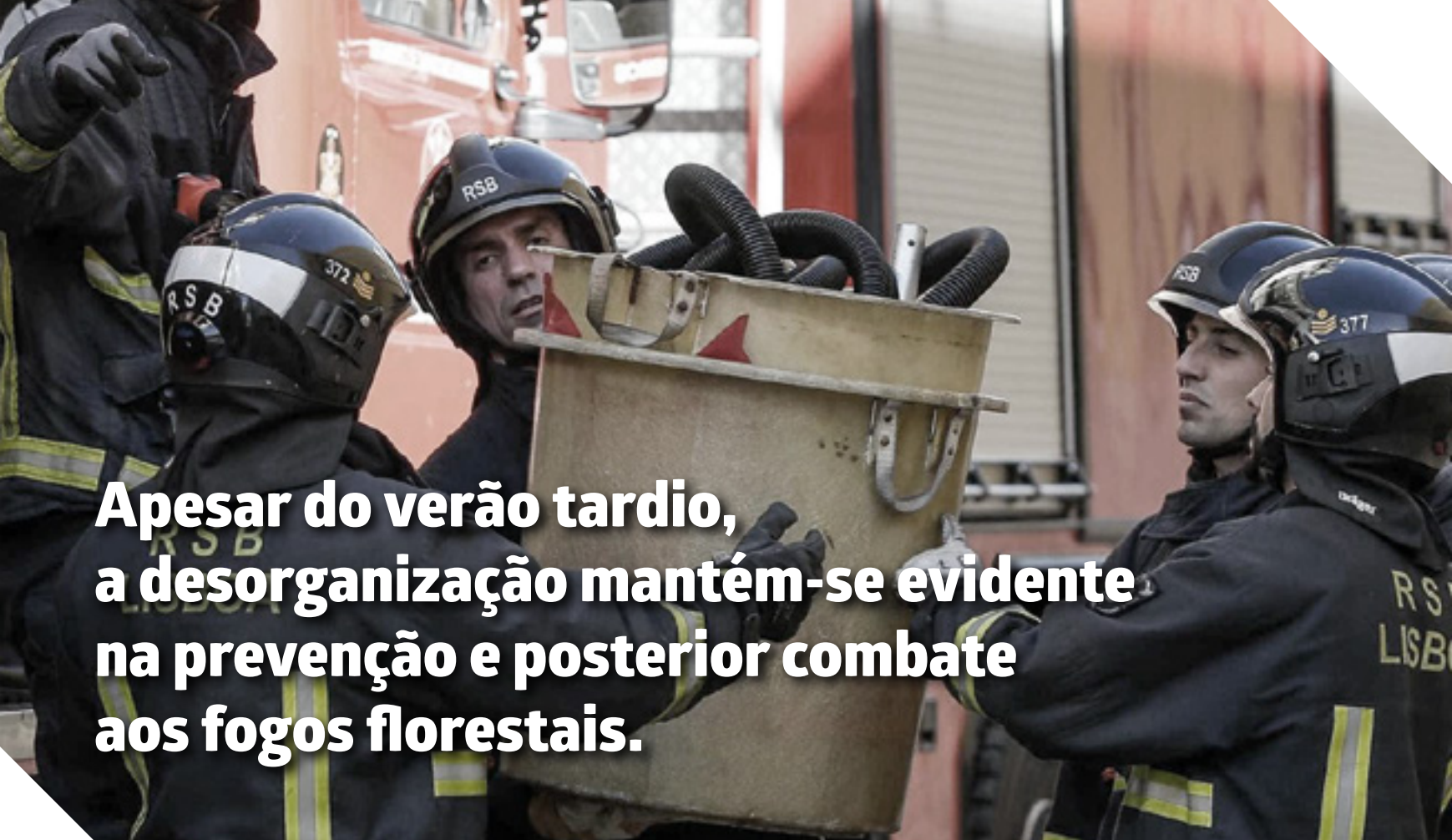
Mas o contexto negativo em que nos encontramos não fica por aqui. Existem freguesias onde não há vontade sequer em identificar os trabalhadores com vínculo precário e muito menos admitir a abertura de concursos com vista à sua integração no respectivo mapa de pessoal. Nestes casos, as más práticas são valorizadas sem vergonha nem pudor. Brincam com a vida das pessoas, condenam-nas a uma

existência de insegurança, medo e instabilidade, sem qualquer tipo de remorso e até se dão ao luxo de afirmar que "mais vale assim do que estar desempregado ou na má vida." Uma "má vida" fortemente apoiada e até alimentada por estas opções como facilmente se percebe.

É perante este cenário que o STML, em conjunto com o STAL, retomou a linha de acção que passa pela denúncia em espaço público do problema da precariedade. De um conjunto de onze freguesias onde os números são assustadores, seleccionámos no imediato, quatro freguesias onde o problema revela contornos incompreensíveis, como Belém, Arroios, Penha de França e Benfica. Certo é que existem contextos distintos de freguesia para freguesia, mas todas elas apontam números elevados de trabalhadores que não sabem muito bem como será o seu futuro.

Durante os próximos meses ambos os sindicatos irão alargar as acções de denúncia, afixando cartazes e distribuindo folhetos informativos nas ruas, praças e locais públicos de maior movimentação nas freguesias, onde o futuro de centenas de trabalhadores se pinta de cores escuras, negando perspectivas de uma vida digna a quem é indispensável, todos os dias, na prestação de serviços públicos nas mais variadas áreas, isto é, da higiene urbana às escolas, manutenção de jardins e espaço público à gestão e funcionamento de mercados, mas também a equipamentos desportivos ou culturais ao atendimento aos fregueses e até no campo da execução de projectos de natureza social.

O que exigimos é simples: um posto de trabalho permanente deve corresponder um vínculo de trabalho efectivo, ou seja, a celebração de um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado. Abra-se concursos e já ontem seria tarde.



Apesar do verão tardio, a desorganização mantém-se evidente na prevenção e posterior combate aos fogos florestais.

Passado um ano, entramos novamente na época de potenciais incêndios florestais, época que no ano transato provocou o maior número de vítimas mortais de que há memória, e veio colocar a nu as fragilidades do ponto de vista da prevenção, bem como da actuação e coordenação dos meios de socorro.

Ao nível do poder nacional (Governo) foram vastas as promessas de mudança, quer ao nível da prevenção, como ao nível de actuação e coordenação dos meios de socorro. Promessas feitas com base nos estudos realizados no seguimento das tragédias de 2017.

Passado este tempo, verificamos que poucos ou nenhuns destes compromissos foram assumidos na prática. Se ao nível da prevenção, evidencia-se uma melhoria relativa em termos da mentalidade da população, associada a uma maior fiscalização por parte das autoridades competentes, já na parte de actuação e coordenação dos meios, verificamos que pouco ou nada foi alterado. Continuamos a não combater os interesses implantados ao nível dos Bombeiros voluntários, interesses que obstaculizam a profissionalização dos Bombeiros de norte a sul do país.

A profissionalização seria o maior e mais importante passo para que seja alicerçada uma real coordenação de meios, permitindo por esta via a melhoria significativa na actuação dos meios de socorro.

Este passo vai sendo disfarçado pelo Governo através de um aumento de número de meios humanos e de viaturas dos GPIS (GNR), mas que na realidade pouco vai resolver, já que a sua disponibilidade não se estende a todo o país, além da vocação dos agentes da GNR não ser uma 'predisposição natural' ao contrário do que sucede com os Bombeiros Sapadores.

Outra das lacunas que advêm da não profissionalização dos Bombeiros, é a falta de coordenação no terreno. Em certos teatros de operações, chegam a estar cinco forças distintas de combate a incêndios, nomeadamente os GPIS, Bombeiros Voluntários, Bombeiros Sapadores e os Bombeiros Sapadores Florestais (FEB).

Num mar de forças distintas, a probabilidade de haver descoordenação no teatro de operações é obviamente maior.

O verão chega, mesmo que tardio, mas poderemos neste momento especular, que na eventualidade de sucederem incêndios em número elevado, a probabilidade de ocorrerem tragédias, independentemente do seu grau e abrangência, é de facto elevada considerando a falta de medidas efectivas assumidas pelo Governo.

Ao nível do poder local, neste caso específico da Câmara Municipal de Lisboa, não podemos também deixar de ficar surpreendidos pela não disponibilização das verbas que assegurem um maior número de efectivos de serviço, objectivando colmatar a carência de meios humanos existentes no RSB. Decisão que inverte incompreensivelmente uma prática assumida em anos transatos.

A nossa surpresa é ainda maior, uma vez que a própria Câmara deu instruções ao Comando do RSB para que o mesmo integre o Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais (DECIF) pedido pela Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC), que equivale afirmar que o RSB terá de ter sempre um número mínimo de homens (estabelecido pelo DECIF), para que se desloque para operações de combate a incêndios, imediatamente sobre as ordens da ANPC. Questionamos neste sentido, onde irá o RSB buscar esses mesmos homens? Aliás, problema exposto no Caderno Reivindicativo (CR) deste importante sector. Pertinente relembrar a este propósito, que o Presidente Fernando Medina, responsável pelo Pelouro da Protecção Civil e pelo RSB, ficou de agendar uma reunião com os dirigentes do STML, com o pressuposto de receber o CR dos Sapadores Bombeiros.

Contudo, estranhámos a falta de espaço na agenda do Presidente (segundo nos foi transmitido) para discutir com o Sindicato, os problemas que afectam estes profissionais. Uma certeza porém, com ou sem esta reunião, o CR será entregue nos Paços do Concelho.



 **EGEAC**

Na EGEAC eterniza-se a intenção em debater salários, mas sem os aumentar...

O STML reuniu a 5 de Junho com o Conselho de Administração (CA) da EGEAC. O objectivo desta reunião centrou-se, quase exclusivamente, na resposta que trabalhadores e Sindicato aguardam desde Fevereiro à proposta de aumento salarial para 2018, concretamente de 4% com aumento mínimo de 60 euros.

Apresentando argumentos em torno das dúvidas sobre a interpretação do Decreto-Lei de Execução Orçamental (DLEO), sobre a futura composição do CA ou sobre o orçamento da empresa para o corrente ano não contemplar verbas para aumentos salariais, parece o CA da EGEAC pouco empenhado em responder às expectativas dos trabalhadores.

No seguimento desta reunião foi realizado um Plenário Geral, convocado pelo STML, a 9 de Junho com os trabalhadores da EGEAC onde foi decidido a elaboração de um abaixo-assinado exigindo o cumprimento do Acordo de Empresa (AE), nomeadamente a negociação salarial anual. Neste plenário os trabalhadores, por intermédio do seu Sindicato, mostraram intenção de recorrer a todas as formas de luta necessárias, inclusive o recurso à greve, no sentido de verem satisfeitas as suas reivindicações apresentadas em Fevereiro deste ano.

Prevê-se a entrega do abaixo-assinado, subscrito por cerca de 65% dos trabalhadores da empresa, para os próximos dias, junto da sede da empresa. Para o fim do mês de Julho supõe-se a realização de uma nova reunião entre o STML e o CA, onde se espera que, ainda em 2018, seja feita justiça a todos os trabalhadores que na EGEAC esperam há demasiado tempo por um aumento salarial. Aumento que deverá contemplar incontornáveis retroactivos a 1 de Janeiro do corrente ano. Noutros assuntos que marcam a actualidade da EGEAC, refere-se a entrada de Sofia Meneses para o cargo de Vogal Executiva do CA, substituindo Lucinda Lopes que exercia funções desde 2009.

Mais grave ainda, a incerteza que persiste sobre os postos de trabalho da equipa do Maria Matos Teatro Municipal. Previsto o seu término a 14 de Julho, com a sua entrega a privados, à data em que escrevemos este artigo, os trabalhadores continuam sem saber qual será o seu futuro. Esperemos, contudo, que seja respeitada, na solução encontrada, o perfil profissional e as expectativas de cada um.



Trabalhadores da GEBALIS exigem o cumprimento do AE

A GEBALIS está a atravessar, desde 2018, uma fase transitória face ao novo instrumento de regulamentação colectiva. O respectivo Acordo de Empresa (AE) foi celebrado entre o STML, o STAL e o Conselho de Administração (CA) em 2017, reparando injustiças acumuladas ao longo dos anos.

No decurso das negociações, houve uma clara intenção das partes em assegurar a revalorização corretiva de algumas situações, na sequência da integração dos trabalhadores nas novas carreiras e tabela salarial. A cláusula 94.^a foi acordada e firmada precisamente com esse desígnio.

Esta foi a forma encontrada pela empresa municipal e sindicatos, com a concordância dos trabalhadores, para corrigir, em termos equitativos, alguns dos desequilíbrios existentes. Significa, portanto, que todo o tempo de antiguidade anterior, dividido em módulos de três anos, veio assumido para as novas carreiras e consequente tabela salarial.

Daí a surpresa pela dissonância interpretativa do CA, ao fazer uma contagem que sonega aos trabalhadores o primeiro ano de integração nas novas carreiras. Desta forma, por ter sido subtraído um ano da antiguidade, os trabalhadores estão posicionados em nível inferior ao que lhes é devido, violando o acordo assinado.

Os trabalhadores manifestaram, desde logo, a sua total discordância, exigindo a imediata correção da situação, não aceitando de forma alguma o modo como está a ser feita a integração e como a antiguidade está a ser aplicada. Desde sempre que os sindicatos têm vindo a apelar para que o CA cumpra o AE. Reunidos em plenário, a 4 de Junho, os trabalhadores decidiram mostrar o seu desagrado através da realização de um abaixo-assinado. O documento foi assinado por cerca de 80% dos trabalhadores.

O STML, STAL e a Comissão de Trabalhadores entregaram ao Presidente da CML, a 11 de Julho, nos Paços do Concelho, o abaixo-assinado e fizeram ouvir a reivindicação dos trabalhadores para o cumprimento integral do AE. Deu-se conhecimento do documento à Administração da Gebalis e aos Grupos Parlamentares da Assembleia Municipal.

Em paralelo, o STML está a acompanhar a reorganização da empresa, com a transformação, fusão, cisão e redimensionamento de unidades orgânicas. Estamos particularmente atentos à redução e transferência de recursos humanos. Nos últimos três meses, acompanhámos também as obras, já terminadas, mas com necessidade de alguns ajustes, no Gabinete Oriente e Sede B12. Vamos acompanhar ainda as obras que vão ser efectuadas nos Gabinetes da Bela Vista e Boavista.

Executivo Municipal aprova a 3ª reestruturação de serviços, aprofundando o esvaziamento da autarquia



No passado dia 7 de Junho foi aprovada em reunião de câmara a *proposta nº286/2018* que aponta mais um processo de reestruturação de serviços. O executivo liderado por Fernando Medina chama-lhe “ajustamento orgânico” mas, na prática, impõe a criação e redefinição de novas divisões, departamentos e direcções municipais, alterando significativamente as respectivas competências.

Perante um cenário de factos aparentemente consumados, não podemos deixar de criticar a forma, muito pouco transparente e democrática como este processo foi assumido pelo actual executivo, desvalorizando o envolvimento atempado e sério de trabalhadores e sindicato.

Nos fundamentos e objectivos desta reestruturação evidencia-se, novamente, o aprofundamento de um caminho desde sempre criticado e denunciado pelo STML que aponta o paulatino esvaziamento e correspondente desresponsabilização da CML nas suas competências e intervenção junto da cidade e população de Lisboa.

A reformulação drástica da Direcção Municipal de Projectos e Obras (DMPÓ), que passa a designar-se Direcção Municipal de Manutenção e Conservação (DMMC), transferindo importantes competências para as quatro empresas municipais – SRU, GEBALIS, EGEAC e EMEL – consubstancia, no essencial, a eliminação da capacidade de intervenção directa da CML em áreas centrais da cidade. No limiar desta medida, a ‘criação artificial de uma empresa municipal de projectos e obras’ disseminada pelas empresas municipais já existentes.

Verifica-se ainda noutras áreas, a criação de novas orgânicas, destacando a *Divisão de Relação com as Juntas de Freguesia* que indica o paternalismo inconstitucional de uma Câmara e do seu Executivo perante órgãos de base electiva democrática, autónomos e independentes como as Juntas de Freguesia, valorizando a falaciosa e perniciosa tese das “minicâmaras” chefiadas por “vereadores locais”. Menospreza-se por esta via os executivos e assembleias de freguesia estabelecidas eleitoral e legitimamente pelas respectivas populações. Com a criação desta nova

divisão, prepara-se também o culminar do processo de “municipalização”, ao qual o STML se opõe veementemente. Trata-se da desconcentração das funções sociais do Estado nas áreas da saúde, educação, segurança social e cultura para as Câmaras Municipais que, optarão depois, de as transferir em parte ou na totalidade para as Juntas de Freguesia. Estratégia que, para além da evidente desresponsabilização do Estado face à sua missão social perante o país e os portugueses, contribuirá para aumentar assimetrias territoriais e demográficas. Previsível neste cenário, a degradação da situação financeira das Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia servindo, por sua vez, de argumento para alimentar os interesses privados que espreitam no horizonte a exploração de áreas de interesse público perante as incapacidades pré-construídas de quem as devia assumir em primeiro lugar.

Observam-se ainda neste processo, entre muitas outras alterações, a eliminação da Direcção Municipal da Educação e Desporto (DMED); a passagem da Divisão de Relação com o Município (DRM) e da Divisão de Saneamento (DS) a Departamentos; a reformulação da Direcção Municipal de Mobilidade (DMM). Também as UIT’s voltam a ser reequacionadas, mantendo-se, porém, as dúvidas que sempre acompanharam a sua criação, face à missão que supostamente objectivam.

Num momento em que aumentam as exigências e desafios da cidade, o que se exige, antes de tudo, é o investimento e reforço dos instrumentos de intervenção da Câmara Municipal, em termos humanos, mas também materiais. Ora, o que se constata é claramente o caminho inverso, aceitando o actual Executivo como inevitável, os facilitismos e a prática de externalização, concessão ou privatização, enquanto momentos distintos de um mesmo processo.

Dizemos **NÃO** a mais uma reestruturação que, para além de diminuir a capacidade da CML em importantes áreas de intervenção pública, aprofunda a lógica da desresponsabilização de quem deve governar a cidade.

PROPOSTA REIVINDICATIVA COMUM 2019

A Proposta Reivindicativa Comum (PRC) para 2019 foi entregue no passado dia 27 de Junho no Ministério das Finanças. A Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (FCSAP), ao apresentar a PRC, exige do Governo uma atitude séria em relação à negociação colectiva no âmbito da Administração Pública (AP).

Não desvalorizamos o caminho positivo até agora assumido pelo Governo minoritário do PS, consequência, em primeiro lugar e em grande medida, da luta dos trabalhadores que conduziram à derrota do Governo PSD/CDS-PP, permitindo, em segundo lugar e no seguimento das eleições legislativas, a construção de uma nova correlação de forças na Assembleia da República. Contudo, como por inúmeras vezes foi afirmado pelos sindicatos da FCSAP, e o STML em particular, muito ficou por responder e repôr no que concerne aos direitos e expectativas dos trabalhadores das várias administrações públicas, em particular os da administração local.

Após três anos de governo, o ex-presidente da Câmara Municipal de Lisboa em parceria com o baratinado Ministro das Finanças, sem esquecer o resto do elenco governativo, mantém uma postura de recusa incompreensível em relação às principais reivindicações dos trabalhadores, principalmente do campo remuneratório, mas não só.

Por opção do Governo, os interesses do grande capital continuam a sobrepôr-se aos dos trabalhadores e do povo. Assistimos também a uma submissão deste Governo aos constrangimentos, chantagens e imposições do Euro e da União Europeia. Agravando este cenário e repondo opções e caminhos típicos de um passado recente, o Governo do

PS converge com o PSD, o CDS-PP e o grande capital em questões fundamentais como são a legislação laboral, a recusa da reposição do pagamento do trabalho extraordinário, da devolução dos 25 dias de férias, da eliminação da adaptabilidade, dos bancos de horas e da caducidade das convenções colectivas e da reintrodução do princípio do tratamento mais favorável na contratação colectiva. Também a recusa contínua de aumentos salariais.

A situação social continua, portanto, marcada por graves problemas e profundas injustiças numa sociedade onde 10% dos mais ricos detêm 53% do total de riqueza nacional. O Governo, em vez de tomar medidas que resolvam esta afronta, insiste em não aumentar os salários da Administração Pública refugiando-se no mesmo argumento de sempre – “não há dinheiro”, ao mesmo tempo que continua a entregar milhões à banca para pagar os prejuízos de anos de gestão danosa e juros de uma dívida agiota – insustentável e impagável – que não é dos trabalhadores.

A PRC para 2019 integra as exigências dos trabalhadores dos mais variados sectores profissionais das administrações públicas. Reivindicações que há muito carecem de resposta e que não podem continuar a ser ignoradas por este Governo.

Caberá aos trabalhadores dar corpo e força a estas reivindicações, organizando-se junto dos seus sindicatos, participando e mobilizando para todas as formas de luta que visem pressionar o Governo a seguir o caminho que melhor serve os seus interesses, mas também os interesses das populações e do país. Só com a valorização dos trabalhadores, é possível ter serviços públicos de qualidade, eficazes e prontos a servir os portugueses.



Destacamos as principais reivindicações:

- Aumento real dos salários e das pensões em 4%, com um mínimo de 60€
- Actualização do salário mínimo da AP para 650€
- Revisão da tabela remuneratória única
- Actualização do subsídio de refeição para 6,50€
- Descongelamento das progressões nas posições remuneratórias
- Integração de todos os trabalhadores com vínculo precário que desempenham tarefas de carácter permanente
- Reposição das carreiras e dos seus conteúdos profissionais específicos
- Reposição do valor do pagamento do trabalho extraordinário
- Abertura de concursos que permitam a promoção nas carreiras verticais
- Reposição da forma de cálculo das pensões e aposentação com 36 anos de serviço, independentemente da idade
- Antecipação da idade da reforma para os trabalhadores em regime de trabalho por turnos ou nocturno
- Reposição dos escalões de IRS; Descongelamento das deduções específicas em sede de IRS
- Implementação, efectivação e regulamentação dos suplementos de insalubridade, penosidade e risco
- Identificação e regulamentação das carreiras e profissões de desgaste rápido e acentuado
- Identificação, reconhecimento e actualização das doenças profissionais
- Reposição dos 25 dias de férias, majorados com dias pela idade e tempo de serviço
- Efectivação do direito à formação profissional
- Melhoria das condições de trabalho; Investimento e implementação de serviços de saúde ocupacional
- Reforço dos meios e assumpção plena das competências da ACT na Administração Pública, intervindo na fiscalização das condições de trabalho e na efectivação dos direitos
- Reversão das privatizações, externalizações e concessões de serviços públicos, nomeadamente as parcerias público-privadas (PPP)
- Abandono do processo de municipalização em curso que visa funções sociais do Estado consagradas constitucionalmente, designadamente nas áreas da educação, saúde, cultura, segurança e protecção social
- A reposição do vínculo de nomeação a todos os trabalhadores que exerçam funções públicas
- A contagem de todo o tempo de serviço para todos os trabalhadores com vínculo precário
- A revogação da suspensão das indemnizações pela reparação de incapacidade por acidente e/ou doença profissional
- A revisão do regime respeitante aos direitos colectivos, das estruturas representativas dos trabalhadores
- A consagração do direito a férias no regresso ao trabalho após licença prolongada por doença
- A revogação do SIADAP, substituído por um sistema de avaliação sem quotas, transparente, equitativo e justo que valorize, efectivamente, os trabalhadores
- Criação de condições específicas no acesso à aposentação sem penalizações aos trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho e doença profissional
- Manter a ADSE como sistema público complementar de saúde na Administração Pública, reduzindo o valor das contribuições para 1,5% sobre o período de 12 meses



STML reúne com os responsáveis hierárquicos do DRMM

A 19 de Junho reuniu a estrutura sindical do STML – dirigentes e delegados – que intervêm nas instalações nas Oficinas do Complexo dos Olivais 2.

Neste encontro foram debatidos e aprofundados os problemas já identificados pelos trabalhadores (no plenário de 5 de Junho), tais como as condições de saúde e segurança na oficina, balneários, fardamentos, lavagem de viaturas, comunicação interna e majoração dos dias de férias no âmbito do ACEP celebrado entre o Sindicato e a CML.

Em pormenor, foram ainda referidos outros problemas como o piso abatido em alguns locais da oficina, sobre a utilização das mangas de extração de fumo, o ajustamento dos horários à limpeza dos sanitários ou a ausência de limpeza das condutas de renovação do ar. No plano dos fardamentos, sublinhou-se a necessidade de consultar os Representantes para a Saúde e Segurança no Trabalho (RdT's), ou a falta de informação sobre os dias à entrega para as lavagens.

Face à solicitação do STML, integrou posteriormente esta reunião a Directora do DRMM e o Chefe da DMF, objectivando, além da apresentação dos novos Delegados Sindicais, recentemente eleitos, a exposição sobre os vários problemas supra referidos.

Sobre as várias intervenções na oficina e balneário denunciadas como urgentes pelo Sindicato, os responsáveis municipais remetem para a DMPO a responsabilidade da sua execução, concordando porém com a sua necessidade. Algumas destas intervenções são asseguradas por empresas externas, como a limpeza e manutenção das condutas de renovação do ar.

Sobre os novos fardamentos, referem que estão em fase de aquisição, tendo sublinhado o Sindicato a importância do envolvimento prévio dos trabalhadores e dos seus representantes neste processo.

Em relação à lavagem de viaturas, incluindo os chassis antes de entrarem na oficina para reparação, os dirigentes do DRMM,

informaram que têm feito uma consulta apurada inclusive fora do país sobre as especificidades deste equipamento, não tendo ainda encontrado o mais adequado. Reforçou o STML a ideia de que é necessário aumentar a verificação da lavagem do interior das viaturas que se deslocam à oficina.

Quanto à atribuição de dias de férias decorrentes da avaliação de desempenho, os dirigentes referem que cumprem orientações da DMRH. O STML já colocou esta questão aos responsáveis pelos Recursos Humanos, aguardando para breve a sua resolução. Uma ideia é clara para o Sindicato, os dias de férias atribuídos correspondem inegavelmente a cada ano.

Sobre o horário reduzido de funcionamento do posto médico, fomos informados que os responsáveis do DRMM estão atentos ao problema, tendo colocado o problema ao DSHS, que justifica a actual situação com a falta de enfermeiros.

No que diz respeito à comunicação interna e falhas por nós consideradas, no caso da escala para os piquetes ao domingo, admitem que não foram contactados todos os Encarregados Operacionais das secções onde existem trabalhadores com as aptidões exigidas, tendo sido apenas aplicada a escala para garantirem o preenchimento dos respectivos horários. O STML patenteou que uma consulta prévia poderia garantir os trabalhadores necessários. Voltámos a deixar a preocupação da má comunicação com os Encarregados Operacionais, no que concerne ao controlo de assiduidade, resultando demasiadas vezes em mal entendidos desnecessários.

Questionámos também sobre a falta do Plano Interno de Segurança, ao que foi respondido ao STML que o DRMM contratou externamente a sua elaboração devido à dimensão, diversidade e perigosidade dos elementos existentes nas oficinas.

Da solução para os Julgados de Paz, ao esquecimento da Hemeroteca...

Após iniciativas várias de denúncia dos trabalhadores dos **Julgados de Paz**, em conjunto e apoiados pelo STML, perante a falta de condições de trabalho, surgem finalmente notícias que apontam para breve a tão reivindicada mudança.

Para tal suceder, foi importante a assunção de um abaixo-assinado, a pressão do Sindicato junto da DMRH e do Vereador dos Recursos Humanos e Finanças, mas também por uma queixa à Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT). Desta acção resultou uma visita da ACT ao local, confirmando na íntegra todos os problemas identificados pelo STML.

A CML concluiu que as reparações exigidas pela ACT eram impossíveis de realizar nas actuais instalações, como aliás já havia sido sublinhado pelo Sindicato. Neste sentido, equacionou um local para realojar estes serviços. Ao STML foi transmitido tratar-se do Edifício Municipal situado na Rua dos Douradores. Relembre-se que os Julgados de Paz são uma responsabilidade conjunta do Ministério da Justiça e da CML, cabendo a esta última prover as instalações e o pessoal para o apoio técnico e administrativo.

Consideramos que a CML assumiu, finalmente, a melhor decisão. Contudo, o que se exige é que se comprometa com prazos para a mudança efectiva de instalações, uma vez que o edifício em questão necessita de obras de recuperação. Entretanto deve-se avançar com todas as obras de manutenção necessárias nas actuais instalações.

A **Hemeroteca Municipal de Lisboa** funciona desde 2015 numa loja na Rua Lúcio de Azevedo. Funcionou desde 1973 a 2013 na Rua São Pedro de Alcântara, tendo encerrado por degradação destas instalações. Funcionou ainda, provisoriamente, na Biblioteca Camões.

Neste equipamento são preservadas, catalogadas, estudadas e consultadas as publicações em série e as séries monográficas editadas em Portugal. Trata-se, portanto, de uma biblioteca

onde qualquer leitor pode consultar revistas, jornais, entre outras publicações periódicas. Desenvolve também o projecto da *Hemeroteca Digital* que tem por objectivo a construção duma biblioteca digital de jornais e revistas caídos em domínio público. Pertence à rede de Bibliotecas Municipais de Lisboa, tendo as valências implícitas a esta rede.

Este importante serviço da área cultural municipal debate-se com vários problemas. Desde logo a falta de espaço, que obriga a que mais de 99% (!) do acervo esteja alojado num depósito nos Olivais sem as mínimas condições de iluminação e climatização. Esta situação causa problemas de saúde e segurança aos trabalhadores e danifica os documentos ali acondicionados. O transporte repetitivo das publicações entre o depósito e a biblioteca contribui também para a sua degradação.

As publicações que é possível guardar nestas instalações, não estão também nas melhores condições, faltando prateleiras adequadas e meios mecânicos ao seu transporte. A recuperação das encadernações efectuada no local pelos trabalhadores, nem sempre é possível devido à falta de verbas para adquirir os materiais necessários. Existem também problemas com a falta de encadernação das publicações que entretanto deixaram de ser feitas na Imprensa Municipal. Quanto à digitalização das publicações para a *Hemeroteca Digital*, é feita em condições bastante precárias, utilizando-se equipamentos completamente desadequados. Outro problema é o número de casas de banho, insuficiente quer para trabalhadores e utentes.

Um problema que é transversal a vários serviços da CML é a falta de pessoal. Urge pois reforçar a Hemeroteca, mas também as restantes bibliotecas com trabalhadores especializados. O STML não pode admitir que um serviço que é responsável por um acervo desta qualidade, dos mais importantes do país e reconhecido internacionalmente, funcione nas condições descritas. Exige-se à CML o investimento necessário e urgente numa solução digna e definitiva à sua instalação.



A redução do poder de compra dos trabalhadores da Administração Pública e a política do Governo PS...

Numa altura em que os trabalhadores da Função Pública procuram recuperar direitos e rendimentos perdidos, interessa analisar os dados oficiais divulgados pela DGAEP em Junho de 2018.

Entre Setembro de 2015 e Março de 2018, o número de trabalhadores de todas as Administrações Públicas (Central, Autarquias, e Regional) aumentou em 24.963, o que significa um crescimento de 3,8%. No entanto, se a comparação for feita com Dezembro de 2011 (727.785 trabalhadores), o total de trabalhadores de 2018, é ainda inferior ao de 2011 em 53.406. Existem ainda grupos profissionais que continuaram a perder trabalhadores, como por exemplo o dos assistentes técnicos (-818) e dos assistentes operacionais (-169).

A reposição dos cortes nas remunerações teve um efeito muito desigual a nível dos trabalhadores da função pública

Em Outubro de 2015 e em Janeiro de 2018, conclui-se que a reposição dos cortes nas remunerações teve efeitos muito desiguais nos diferentes grupos profissionais. Neste período a reposição dos cortes determinou, em média para os trabalhadores da Função Pública, um aumento na Remuneração Base Média Mensal de 63€, e no Ganho médio (soma da Remuneração Base Média Mensal mais tudo aquilo que os trabalhadores recebem, como suplementos, horas extraordinárias, etc.) de 86€ (+5,3%).

No entanto, é preciso ter presente:

- Que se está a utilizar valores de remunerações e de ganhos ilíquidos, brutos, ou seja, antes de quaisquer deduções para o IRS, para a ADSE, e para a CGA ou Segurança Social;
- Que o valor de 86€ não é distribuído de uma forma igual por todos os trabalhadores, uns tiveram uma reposição muito maior e outros o valor da reposição foi mínima ou mesmo inexistente porque não sofreram cortes nos passado pelo facto do valor das suas remunerações ser muito baixo.

A perda de poder de compra dos ganhos médios dos trabalhadores da função pública entre 2010 e 2018

O poder de compra do ganho médio líquido (aquilo que os trabalhadores recebem após terem sido feitos todos os descontos para o IRS, ADSE, CGA ou Segurança Social, e após também se ter deduzido o efeito corrosivo do aumento de preços verificado neste período) dos trabalhadores da Função Pública sofreu uma **redução média de 16,4%** entre 2010 e 2018, que ainda não foi corrigida.

No entanto, a perda de poder de compra varia bastante de grupo profissional para grupo profissional. Assim, a redução do poder de compra foi de:

- 7% para os Assistentes operacionais;
- 18,1% para os Técnicos superiores;
- 15,1% para os Assistentes técnicos.

Pode-se afirmar, que a recuperação real dos rendimentos dos trabalhadores das Administrações Públicas (Central, Local e Regional) ainda está por ser feita. O seu poder de compra actual, mesmo com a reposição dos cortes das remunerações, continua a ser muito inferior ao poder de compra que tinham no início de 2010.

Entende-se pelos efeitos do enorme aumento do IRS, da subida do desconto para a ADSE, e pelo efeito corrosivo do aumento dos preços neste período.

Eugénio Rosa



Milhares de trabalhadores em Lisboa a 9 de Junho

No passado dia 9 de Junho convergiram para Lisboa milhares e milhares de trabalhadores que de norte a sul do país não deixaram de demonstrar o seu protesto perante mais uma cavalgada sobre os seus direitos. Respondendo ao apelo da CGTP-IN, expressaram inequivocamente o seu repúdio perante as intenções do Governo PS, agora aliado ao PSD/CDS-PP, sem esquecer a ajuda prestimosa da UGT.

Como já tinha sucedido na Concertação Social, a CGTP-IN contesta as alterações que o Governo PS se prepara para fazer ao Código do Trabalho, através da proposta de lei entregue na Assembleia da República, cuja discussão se iniciou a 6 de Julho e deverá terminar, com a sua votação, a 18 do mesmo mês. Denunciou Arménio Carlos na manifestação nacional de 9 de Junho o facto do Executivo rosa acentuar “desequilíbrios na repartição da riqueza, perpetua a precariedade, ataca a contratação colectiva e reduz os direitos e rendimentos dos trabalhadores”.

O diploma, segundo o secretário-geral da CGTP-IN, pretende «condenar» os jovens à procura do primeiro emprego e os desempregados de longa duração a um período experimental de seis meses – a lei em vigor prevê 90 dias. Deste modo, explicou, tais trabalhadores ficam “reféns do patronato, que os pode despedir sem fundamentação e sem qualquer tipo de compensação”.

O Ministro do Trabalho, Vieira da Silva, já tinha tentado avançar com uma medida semelhante, embora aplicada a todos os trabalhadores, durante o consulado de José Sócrates. Em 2008, recordou a Intersindical na manifestação, o Tribunal Constitucional considerou o alargamento inconstitucional. A generalização dos contratos de muito curta duração a todos os sectores de atividade foi igualmente criticada por Arménio Carlos. “Permitiria ao patronato contratar hoje para despedir amanhã e tratar os trabalhadores como meros objectos descartáveis”.

Além do aumento geral dos ordenados, a CGTP-IN propõe, entre outras medidas, a fixação do salário mínimo nos 650 euros (já em 2019); o fim da caducidade das convenções colectivas; e as 35 horas de trabalho semanal para todos.

A luta irá, como será expectável, continuar!

Milhares de trabalhadores concentraram-se junto à Assembleia da República

No passado dia 6 de Julho, milhares de trabalhadores, activistas, dirigentes e delegados sindicais concentram-se junto

ao Parlamento repudiando a iniciativa conjunta do Governo PS-PSD-CDS-UGT, que procura impor um conjunto de alterações à legislação laboral. Iniciativa alicerçada em sede de concertação social que afronta descaradamente os interesses de quem trabalha, quer no sector privado, quer no público.

O acordo fabricado pelas forças de direita, que a CGTP-IN recusou liminarmente, coloca em causa a segurança no emprego e a contratação colectiva, mantém a precariedade e reduz direitos e rendimentos dos trabalhadores. Vejamos o que o mesmo considera:

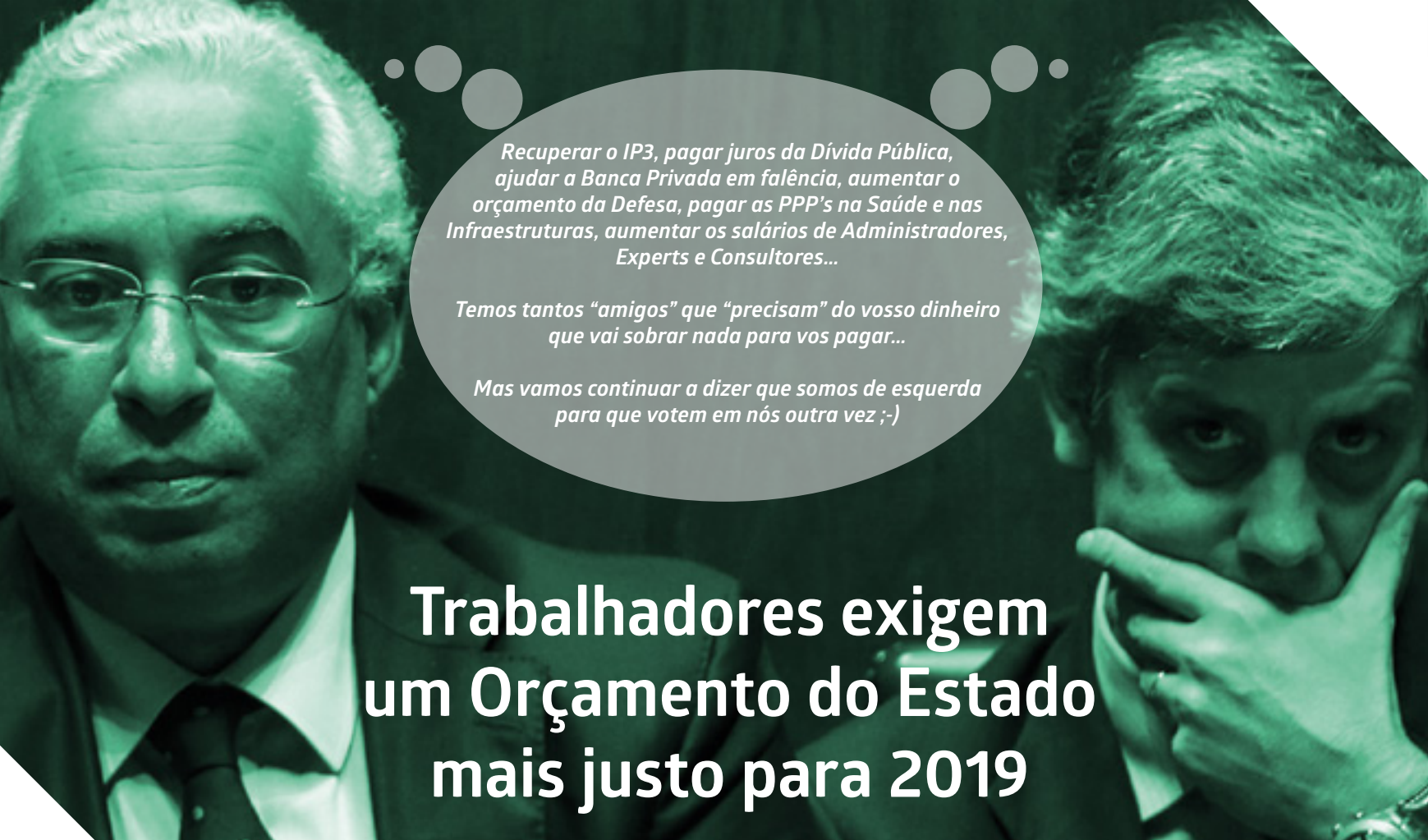
- Alargamento do período experimental de 3 para 6 meses
- Aplicação de taxas para manter a precariedade
- Manutenção da caducidade das convenções colectivas
- Banco de horas grupal
- Generalização dos contratos de trabalho de muito curta duração, até 35 dias

No tópico específico da precariedade, em vez de a combater, o Governo propõe a sua promoção e dinamização com o alargamento para 180 dias do período experimental dos jovens à procura do primeiro emprego e os desempregados de longa duração, deixando-os reféns do patronato, que os pode despedir sem fundamentação e sem qualquer tipo de compensação. Por outro lado, generaliza e alarga a vigência dos contratos de muito curta duração, estimulando autênticas “praças de jorna” do século XXI, que permitiriam ao patronato contratar hoje para despedir amanhã e tratar os trabalhadores como meros objectos descartáveis, numa linha de retrocesso social e civilizacional inadmissível.

A concentração de 6 de Julho serviu precisamente para combater este famigerado plano de intenções, além de exigir o que de facto pode fazer avançar a vida dos trabalhadores, e com ela, aprofundar o efectivo desenvolvimento do país.

Mais cedo do que tarde, exigiu-se:

- Fim das normas gravosas da legislação laboral
- Aumento geral dos salários
- 35 horas de trabalho semanal para todos
- Fim de todas as formas de precariedade
- A reposição do vínculo por nomeação na administração pública
- O reforço e melhoria do acesso aos serviços públicos e a garantia da universalidade na Saúde, no Ensino, na Segurança Social, na Justiça e na Cultura
- O aumento das pensões de reforma, a reposição dos 65 anos como idade legal da reforma e o acesso, sem penalizações, após 40 anos de descontos



Recuperar o IP3, pagar juros da Dívida Pública, ajudar a Banca Privada em falência, aumentar o orçamento da Defesa, pagar as PPP's na Saúde e nas Infraestruturas, aumentar os salários de Administradores, Experts e Consultores...

Temos tantos "amigos" que "precisam" do vosso dinheiro que vai sobrar nada para vos pagar...

Mas vamos continuar a dizer que somos de esquerda para que votem em nós outra vez ;-)

Trabalhadores exigem um Orçamento do Estado mais justo para 2019

A pouco tempo de se iniciar o debate do Orçamento do Estado de 2019, é essencial que os trabalhadores se mobilizem para que o documento aprofunde o caminho da reposição de direitos e remunerações. Ainda mais numa altura em que o Governo PS se parece afastar cada vez mais do rumo traçado pela actual correlação de forças na Assembleia da República.

Parece não antever nada de bom as mais recentes declarações de António Costa e Mário Centeno (ainda mais, agora, que preside também ao Eurogrupo) sobre a expectativa do Orçamento do Estado para 2019 contemplar, por fim, aumentos na administração pública. O namoro cada vez menos velado com o PSD de Rui Rio parece ter retirado ao actual governo a vontade de prosseguir o rumo da reposição de direitos e rendimentos dos trabalhadores que, muito lentamente, tem sido seguido na legislatura, sustentada por uma maioria parlamentar de esquerda.

Está aqui em causa uma possível viragem à direita do PS de António Costa, já traçada, pelo menos, por alguns indicadores perceptíveis, a exemplo, na Lei Laboral que, à data em que escrevemos este artigo, começará a ser debatida. Mas, sobretudo, pelo conteúdo do Plano de Estabilidade para 2018-2022 que prevê uma redução mais rápida do défice feita à custa, fundamentalmente, da redução das despesas de pessoal em percentagem do PIB, bem como pelo decréscimo das despesas com prestações sociais. Importa por isso mesmo sublinhar algumas das linhas da Proposta Reivindicativa Comum para 2019 da Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública.

Primeiro, é urgente proceder ao aumento real dos salários e das pensões por forma a iniciar, finalmente, a recuperação das perdas salariais ocorridas nos últimos largos anos, fruto do congelamento salarial desde 2009 e das carreiras desde 2005. A proposta apresentada pela Frente Comum prevê

um aumento em 4%, com um mínimo de 60 euros. Neste ponto, é também de absoluta justiça que o salário mínimo na administração pública se fixe nos 650 euros.

Segundo, e como forma de valorização do valor do trabalho, é essencial a revisão da tabela remuneratória única, estabelecendo o valor desse salário mínimo como primeira posição e subindo as demais posições remuneratórias. E da mais elementar justiça, é também a subida do subsídio de refeição para os 6,50€ de modo a colmatar a insuficiência de resposta dos refeitórios e a acompanhar o aumento generalizado dos preços.

Terceiro ponto da mais elementar importância é a reposição da forma de cálculo das pensões e das condições gerais para aposentação com 36 anos de serviço, independentemente da idade, salvaguardando regimes específicos consagrados ou a consagrar com condições de acesso mais favoráveis. Acreditamos que, para alguns, estas propostas poderão parecer irrealistas quando ainda paira pela opinião pública o fantasma da troika e das suas políticas destruidoras.

A esses lembramos que do erário público continuam a sair recorrentemente milhões e milhões de euros para pagar juros de dívida (porque não fazemos uma renegociação!) e a insuflar bancos falidos a quem este Governo continua, à semelhança do anterior, a passar cheques em branco.

A isso, sugerimos que pensem também no dinheiro que sai para as famigeradas PPP's e os custos com isenções e benefícios fiscais ao grande capital.

É possível sim. Haja vontade para prosseguir uma política de esquerda em Portugal.



Realizou-se no dia 22 de Junho, na Casa dos Direitos Sociais, o 8º Encontro da Inter-Reformados de Lisboa, que culminou os três anos de mandato da anterior Direcção (2015-2018). Neste momento de balanço e reflexão, que contou com a participação de mais de 100 delegados, estiveram representados 20 sindicatos da região de Lisboa, entre os quais uma delegação de 6 elementos do STML.

A sessão iniciou-se com projecção de um vídeo sobre as actividades desenvolvidas durante o mandato, seguindo-se a apresentação de documento caracterizador da situação social dos reformados e pensionistas do distrito.

Dos documentos aprovados, destacamos: Relatório de Actividades, Plano de Organização e Plano de Acção Reivindicativa. Foi eleita a nova Direcção, composta por 36 elementos, integrando três elementos da nossa Comissão de Reformados: Salomé Almeida, António Rocha e António Coimbra.

Das reivindicações aprovadas, salientamos resumidamente:

- Aumento anual de todas as pensões de modo a permitir a reposição do poder de compra dos reformados;
- Revogação do factor de sustentabilidade, que tem provocado uma inaceitável queda no valor das pensões;
- Reposição dos 65 anos como idade legal de acesso às pensões de velhice e reforma;
- Valorização das longas carreiras contributivas com acesso à reforma antecipada voluntária, sem qualquer penalização, para os trabalhadores com 40, ou mais, anos de carreira contributiva, independentemente da idade;
- Reforço da Segurança Social pública, universal e solidária; garantir a sua sustentabilidade financeira; pelo combate à fraude e à evasão fiscal e contributiva; pela diversificação das suas fontes de financiamento;
- Salvaguarda e reforço do Serviço Nacional de Saúde, com **médico e enfermeiro de família para todos; expansão**

e valorização da rede de Cuidados de Saúde Primários; eliminação das taxas moderadoras em geral e, no imediato, para os cuidados de saúde primários; eliminação dos condicionalismos no transporte dos doentes; fim da promiscuidade com os interesses privados;

- Manutenção da ADSE no sector público, como sistema complementar de saúde, integrante do estatuto laboral dos trabalhadores da Administração Pública; reposição dos descontos sobre 12 meses e a redução do seu valor sem comprometer a sua sustentabilidade futura;
- Revogação da “lei dos despejos” do Governo anterior, estabelecendo um novo regime jurídico do arrendamento urbano que proteja a população mais idosa e carenciada.

A sessão foi encerrada após a intervenção do coordenador da USL, Libério Domingues, que tendo feito uma abordagem à presente e preocupante situação político-social, valorizou o trabalho desenvolvido pelos reformados através da sua estrutura sindical, a Inter-Reformados de Lisboa, como parte integrante da CGTP/USL.

Visita guiada ao Museu do Azulejo

Foi no dia 29 de Junho que realizámos uma interessante visita a este Museu, sob a orientação de Helena Montiel.

A igreja, o coro e as capelas de Santo António e da Rainha D. Leonor fazem parte da exposição permanente e a organização do espaço é determinada pela morfologia do Convento da Madre de Deus.

São 22 as salas que documentam a história do azulejo em Portugal, desde o século XVI até à actualidade, integrando peças de cerâmica, porcelana e faiança. Organizada cronologicamente, inclui um núcleo dedicado às técnicas de produção azulejar.

MARIA MATOS TEATRO M

O desastre da política cultural do Governo PS na Câmara de Lisboa

Apesar de ser um direito consignado aos cidadãos pela Constituição Portuguesa, a Cultura é recorrentemente o parente pobre das opções políticas. Se o Estado central se vai demitindo de o cumprir, cabe muitas vezes aos municípios ter opções estratégicas para o promover. Porém, e no caso concreto de Lisboa, o caso do Teatro Maria Matos é um bom ponto de partida para alargar o debate que é urgente fazer em torno da política cultural municipal.

A concepção a uma entidade privada do Maria Matos Teatro Municipal reforça a necessidade de um debate mais amplo e geral sobre o estado da Cultura na capital do País. No fundo, importa cada vez mais reflectir sobre que papel cabe ao município desempenhar numa área tantas vezes esquecida e secundarizada no debate público. É que a Cultura não pode ser entendida como um território de pertença das denominadas elites bem pensantes, cabendo-nos a todos enquanto cidadãos intervir na defesa de uma política pública de cultura, reivindicando uma perspectiva cada vez mais ampla de acesso aos bens e às actividades culturais.

O caso do Maria Matos colocou a nu o desastre que tem sido perpetrado pela maioria PS/BE na política cultural da cidade. Em primeiro lugar, o modo como a vereadora do pelouro anunciou – através de uma entrevista a um jornal – a decisão unilateral de concessionar (vulgo, privatizar) um equipamento cultural que representava uma inequívoca mais-valia na cidade de Lisboa, desrespeitando os órgãos de decisão municipal, os munícipes e os trabalhadores daquele teatro municipal sob alçada da EGEAC. Em segundo, ao assumir esta opção, o executivo PS/BE deita no lixo dez anos de desenvolvimento de um trabalho assente na formação de públicos para as artes performativas contemporâneas e um largo investimento

pecuniário na afirmação de uma marca (Maria Matos Teatro Municipal) já inscrita em várias redes culturais internacionais.

Responde a vereadora que todo esse trabalho anteriormente desenvolvido pelo Maria Matos terá sequência na abertura de dois novos teatros municipais – o Teatro Luís de Camões, em Belém, e o Teatro do Bairro Alto, ao Largo do Rato. Esquece a vereadora que, por razões de localização e pela morfologia da própria cidade, abdicar de um teatro com as características do Maria Matos e sugerir a sua substituição por outros dois situados em zonas completamente diferentes não é propriamente a mesma coisa. Até porque o Maria Matos, situado junto à Avenida de Roma, paredes meias com uma estação de comboios interurbanos, desenvolvia um trabalho de grande interligação territorial, não só com a sua zona envolvente, como com as zonas limítrofes, nomeadamente, desde há dois anos, com a Biblioteca de Marvila e algumas entidades culturais e associativas dessa zona limítrofe da cidade.

Outro dos argumentos usados para justificar a conceção foi a dimensão da sala não ser adequado ao tipo de espetáculos propostos. Curioso só agora essa “preocupação” ter afligido o Presidente da CML e a sua vereadora. Aliás, pouco tempo antes, o caso do Maria Matos era usado pelo executivo como exemplo de sucesso na política cultural municipal, não só pelo arrojo da programação como pelos números crescentes de público que iam sendo captados (mesmo em anos de crise) para as artes performativas contemporâneas.

Noutro assomo de altruísmo, diz a vereadora que, agora, no antigo Teatro da Cornucópia (o Teatro do Bairro Alto) aquele tipo de criação artística encontrará um espaço mais adequado,



(parte 1)

e ainda se salva o espaço de uma companhia histórica do teatro português. Talvez convenha deixar claro que o município passará a ser arrendatário no Teatro do Bairro Alto. E como todo o respeito pela história da Cornucópia, a CML não está propriamente a salvar nenhum património digno de relevância com este arrendamento.

Por fim, e numa altura em que se sabe que é a produtora Força de Produção que ganhou o concurso de conceção do ex-teatro municipal por 5 anos, a troco de 3.000 euros por mês (será que é suficiente para cumprir o contrato do Teatro do Bairro Alto?), paira uma enorme incógnita sobre o futuro do Maria Matos. O caderno de encargos exige espetáculos de cariz mais popular, com temporadas mais extensas que o actualmente praticado na generalidade dos teatros de Lisboa. Fala-se num “projecto artístico”, mas estamos perante uma entidade privada que, como todas, procurará sempre o lucro. Ora, sem querermos emitir juízos de valor sobre o historial artístico desta produtora, antevemos espetáculos de cariz comercial, pagos pela bilheteira (que sofrerá, com toda a certeza, um aumento no preço médio de ingresso, comparativamente ao praticado até aqui) e por eventuais patrocinadores. Pela lógica do mercado, extingue-se a relevância artística, a formação de públicos ou a interligação com o território que, até Julho deste ano, foram marcas identificadoras do Maria Matos.

Na próxima edição do nosso jornal, concluiremos a análise às opções de política cultural do município de Lisboa, centrando-nos no esvaziamento da Direção Municipal de Cultura, no papel cada vez mais ambíguo da EGEAC na gestão dos equipamentos municipais e na falta de uma estratégia para a consolidação de projectos culturais.

Um piquenique num espaço venturoso...



A 24 de Junho realizou-se em Olhos de Água, no Concelho de Alcanena, Distrito de Santarém, junto à praia fluvial banhado pelas águas do Rio Alviela, o tradicional piquenique do Sindicato direccionado aos associados e respectivos familiares.

Num dia aprazível, foram muitos os que aproveitaram para conviver, descansar, rir e petiscar num espaço privilegiado que este ano superou todas as expectativas. É com agrado que afirmamos a beleza do nosso país, como bem evidenciado foi em Olhos de Água, território da freguesia de Louriceira.

Recuperada em 2016, a praia fluvial é banhada por águas transparentes ancoradas por margens verdejantes apropriadas a momentos de descontração e relaxamento, com espaço de sobra para quem queira apreciar o que parece ser uma fatia de paraíso roubado aos deuses, mas em solo português e a pouco mais de cem quilómetros de Lisboa. Quem julgar o contrário, não conhece obviamente Olhos de Água e toda a sua envolvência.

Para 2019 esperemos que tudo corra tão bem como sucedeu este ano, deixando uma saudação especial a todos os trabalhadores do município que fizeram deste dia, um dia deveras especial. Obrigado em nome da Direcção do STML e até breve!

A luta de um povo que não se verga! Palestina vencerá!

Na 14ª. sexta-feira da Grande Marcha do Retorno, uma vez mais os militares israelitas atacaram com grande violência os manifestantes palestinianos que se concentravam junto à vedação na fronteira de Gaza. Gaza que mais parece hoje um campo de concentração. Causaram mais de 400 feridos, três em estado grave e assassinaram dois jovens. Yasser Abu al-Naja, com apenas 13, foi atingido na cabeça por um sniper. O outro jovem, Muhammad Fawzi Muhammad al-Hamaida, de 24 anos, sucumbiu após ser baleado no estômago e numa perna. Além dos disparos, o exército israelita lançou granadas de gás lacrimogéneo contra os manifestantes e contra uma ambulância.

Desde 30 de Março de 2018, início dos protestos que ocorrem todas as sextas-feiras, a violenta repressão de Israel já causou 135 mortes, entre as quais várias crianças, e cerca de 14 mil feridos, estando cerca de 300 em estado crítico.

As manifestações da Grande Marcha do Retorno, são realizadas de forma pacífica por palestinianos desarmados, todas as sextas-feiras e têm como objectivo exigir o fim do bloqueio à Faixa de Gaza que dura há mais dez anos. O povo pelesiniano,

exige ainda o retorno às terras de onde foram expulsos, após a invasão de Israel que leva a cabo uma verdadeira operação de limpeza étnica. As consequências deste bloqueio são há muito conhecidas. Sentencia-se todo um povo a uma vida miserável, associada a elevadas taxas de desemprego e a condições de vida sub-humanas.

No passado mês de Junho, a ONU aprovou por maioria, com 120 votos a favor, 45 abstenções e 8 contra, uma resolução contra o excessivo uso de força por parte de Israel sobre os palestinianos e exigiu protecção para os civis. Obviamente, Israel, com o apoio os Estados Unidos, gaba-se da sua impunidade e continua a massacrar homens, mulheres e crianças alegando defender um território que não é seu, o mesmo que foi e continua a ser usurpado aos mesmos que este Estado terrorista assassina, todos os dias, desde 1947.

Assumir uma posição pela liberdade do povo palestiniano é cada vez mais importante, defendendo o fim da colonização israelita, exigindo a devolução das terras ocupadas aos seus legítimos donos, isto é, ao Povo da Palestina.

Segurança e Saúde no Trabalho (SST)



A Área de SST do STML realizou durante o mês de Maio, uma série de visitas aos locais de trabalho da GEBALIS. Estas visitas tiveram como objectivos conhecer os postos de trabalho da empresa, além de registar as situações de SST irregulares, exigindo posteriormente ao Conselho de Administração (CA) a sua célere resolução.

Foram verificadas as condições de trabalho no edifício sede, no Bairro Alfredo Bensaúde, instalações alvo de obras e onde se encontravam trabalhadores sem terem sido salvaguardadas as suas condições de SST. Foram ainda avaliadas as instalações

provisórias da sede, no Bairro do Condado e os Gabinetes de Bairro do Vale de Alcântara, Olivais, Casal dos Machados, Horta Nova e as instalações provisórias de *BackOffice* do Gabinete de Bairro do Padre Cruz.

Das verificações efectuadas foi elaborado um relatório que será enviado ao CA a exigir a realização de intervenções nas instalações que preconizam a salvaguarda das condições de saúde e segurança, nomeadamente o cumprimento das prescrições legais em matéria de Saúde e Segurança no Trabalho sobre instalações/edificado; espaços de trabalho; equipamentos e mobiliário de trabalho; ambiente térmico, qualidade do ar interior, ruído e iluminação; entre outras matérias.

Sem data ainda marcada, mas procurando dar continuidade ao trabalho desenvolvido pela área de SST do STML, serão realizadas visitas a outros locais de trabalho, estando definido como prioritário as oficinas do DRMM; cemitérios; jardins; Centro de Arqueologia de Lisboa e Postos de Limpeza das Juntas de Freguesia.

O STML lembra que todos os trabalhadores têm direito à prestação de trabalho em condições que respeitem a sua segurança e saúde e que estas condições devem ser asseguradas pelo empregador.